

2 - Antigas civilizações africanas

historiografia e evidências documentais

José Rivair Macedo

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MACEDO, JR., org. Antigas civilizações africanas: historiografia e evidências documentais. In: *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 13-27. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: [10.7476/9788538603832](https://doi.org/10.7476/9788538603832). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

ANTIGAS CIVILIZAÇÕES AFRICANAS: HISTORIOGRAFIA E EVIDÊNCIAS DOCUMENTAIS

José Rivair Macedo

Os estudos africanos nasceram no princípio do século XX e se afirmaram no decurso dos anos 1960, junto com a formação dos Estados africanos contemporâneos. Tal qual o Brasil, aqueles países também são jovens nações pós-coloniais e enfrentam limitações similares às que enfrentamos para a construção dos campos do conhecimento científico.

De outro lado, a África é um continente imenso, que há milênios abriga diferentes povos e culturas. Parece-nos sumamente injusto periodizar a sua história dividindo-a, como se costuma fazer, em três períodos: pré-colonial (até o século XIX), colonial (até meados do século XX) e independente (até o presente). Adotar essa periodização significa continuar a olhar para o passado africano com os olhos dos colonizadores, significa considerar a colonização e o imperialismo europeu o elemento central dos processos históricos que ali se desenvolveram. É preciso, na medida do possível, olhar para a África com o olhar dos africanos, construir o conhecimento histórico e narrar a História a partir de uma perspectiva propriamente africana.

Mas a tarefa não é simples. Ao questionar a periodização tripartite, corremos o risco de cair numa outra cilada. Como nos lembra o historiador congolês Elikia M'Bokolo, a substituição da expressão *África Pré-colonial* por *África tradicional* pode também acarretar prejuízos na medida em que, no Ocidente, a idéia de tradição costuma ser identificada com imobilismo, conservadorismo, estagnação, opondo-se ao dinamismo, ao avanço e à transformação inerentes à idéia da

modernidade (M'Bokolo, 2003). Por isso, em vez desses rótulos, o melhor mesmo é falar simplesmente de *História africana*, sem complementos ou adjetivos.

Colonialismo e Eurocentrismo

Quanto aos enfoques predominantes e às condições pelas quais o conhecimento histórico do continente africano tem sido elaborado, convém levar em conta a existência de pelo menos três tendências principais de abordagem, tais quais foram apresentadas pelo historiador guineense Carlos Lopes, em seu importante estudo *A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos* (1994).

A primeira delas coincidiu com o período da dominação colonial européia e recebe o nome de “corrente da inferioridade africana”. Os traços gerais que a caracterizam aparecem em obras escritas em sua maior parte na primeira metade do século XX. Nelas, prevalece a idéia de que os povos africanos, por não conhecerem a escrita (o que é, naturalmente, uma falácia), não teriam história própria.

Da Société des Africanistes, fundada em Paris em 1930, participavam antropólogos (Paul Rivet, Lévy-Bruhl, Marcel Mauss, Marcel Griaule) e lingüistas (Marcel Cohen, Antoine Meillet), mas também pessoas conhecidas afetuosamente pelos demais membros como “velhos africanos”, quer dizer, administradores, funcionários do governo ou militares que, durante muito tempo, tinham servido nas colônias, ali adquirindo experiência e conhecimento. O primeiro presidente da entidade, o General Henri Gouraud, era capitão no Sudão francês em 1898, quando se destacou na repressão da revolta ocorrida na Guiné e na prisão do líder Samory Touré. O único africano autêntico na associação era Léon Mba, que trinta anos mais tarde viria a ser o primeiro presidente da República do Gabão.

Os primeiros africanistas saíram dos postos do governo colonial. Não admira que em suas obras tenham se esforçado por desco-

brir, na origem dos povos e Estados que estudavam, a contribuição de civilizações mais “avançadas”, não-africanas. A essas explicações, que localizam fora do continente as origens de suas instituições, costumes e tecnologias, dá-se o nome de “difusionismo”.

Foi o que aconteceu com o importante etnólogo Maurice Delafosse (1870-1926), lembrado como o “pai” dos africanistas franceses, que respondia pelos assuntos culturais africanos na administração do Sudão. Ele estudou em profundidade a formação cultural e histórica dos povos sudaneses, e embora simpático a esses povos, não deixou de cair em armadilhas. Autor da monumental *Haut-Sénégal-Niger*, de 1912, na qual aparecem pela primeira vez articuladas as histórias dos grandes estados das savanas da África Ocidental, Delafosse não podia admitir que, no século IV da era cristã, tivesse existido uma civilização negra do porte do Reino de Gana. Em sua opinião, a primeira dinastia de governantes de Gana teria sido constituída por brancos – judeus-sírios que para lá emigraram, provenientes de Cartago. Quanto ao “pai” da história sul-africana, G. Mc Call Theal, sua monumental *History of South Africa*, publicada entre 1888-1919 em 5 volumes, celebra o triunfo do colonialismo branco e britânico, e é a primeira a propor a idéia, amplamente utilizada durante o regime do *Apartheid*, da chegada simultânea de brancos e negros na África austral.

Não é incomum encontrarmos nos autores europeus ou norte-americanos desse período expressões como “povos sem História”, “povos selvagens” ou “povos infantis”. Subjacente a esses lugares-comuns perpassa a habitual oposição entre o “selvagem” e o “colonizador”, entre a “civilização” e a “barbárie”, o continente africano sendo encarado como um “fardo do homem branco”. Para compreendermos as condições que explicam tal tendência, deveremos lembrar que ela encontrou suporte em um discurso elaborado a partir das teorias do “racismo científico”, então amplamente aceitas nos meios acadêmicos. Tal ponto de vista aparece de modo muito explícito nas palavras de Philip Mitchell, que nos anos 1950 ocupou o cargo de

governador inglês do Quênia. Para ele, a colonização era acompanhada de uma missão civilizadora:

O Ocidente passou a ter sob seu controle milhões de pessoas que nunca haviam inventado ou adotado qualquer espécie de alfabeto ou, até mesmo, de escrita hieroglífica. Os africanos não possuíam números, calendários nem medidas de comprimento, volume e peso. Entre eles não havia moeda corrente, e o comércio exterior limitava-se ao marfim e ao tráfico de escravos. Além disso, desconheciam o arado e a roda, utilizando como meio de transporte apenas rústicas canoas. Essa gente não havia construído coisa alguma em que tivessem empregado materiais mais duráveis do que o barro, a madeira e o sapé... O processo que hoje chamam de ‘colonialismo’ tem sido, acima de qualquer dúvida, uma das forças mais efetivas, benéficas e desinteressadas já trazidas para a África e utilizadas em seu favor ao longo de toda a sua história. (Citado em *África Tropical*. São Paulo: Ed. Abril, 1973, p. 709).

Afrocentrismo e Tendências Recentes

A segunda tendência de abordagem, predominante principalmente entre os anos 1960-1980, nasceu no bojo do processo de descolonização e construção dos Estados contemporâneos africanos. Por oposição à tendência anterior, é por vezes chamada de “corrente da superioridade africana”, e na África Ocidental teve como principais defensores Cheikh Anta Diop, Théophile Obenga, Aboubacry Moussa Lam e Kapet De Bana. Nesse caso, tratava-se de recuperar a História dos povos africanos e refletir sobre a identidade do continente, identificar os motores próprios de sua história e, em certos casos, inverter a posição de subordinação até então preponderante, localizando na África a matriz civilizacional de outros povos.

Cheikh Anta Diop (1923-1986) é considerado o “pai” do pan-africanismo e o mais influente intelectual africano do século XX. Teve em sua formação mestres do porte do filósofo Gaston Bachelard, do arqueólogo André Leroi-Gourhan e do historiador André Aymard, além de especialização em física nuclear no Colégio de France. Todavia, distanciava-se dos franceses ao propor com ênfase a idéia da anterioridade das civilizações negras e a necessidade

de uma identidade racial e cultural dos povos negros, propostas defendidas, sobretudo, nos livros *Nations nègres et culture* (1954) e *L'unité culturelle de l'Afrique noire* (1960).

Noutra obra fundamental, *L'Afrique noire pré-coloniale*, apresenta um estudo histórico-sociológico da formação dos sistemas políticos e sociais da África Ocidental e da Europa, da Antigüidade aos tempos modernos, estabelecendo paralelos e comparações em que a África se destaca por sua originalidade e autonomia. Eis uma passagem:

Os africanos jamais viveram a experiência de uma república laica, embora seus regimes políticos tenham sido quase sempre democráticos, com poderes equilibrados. Por isto é que todo africano é sem saber um aristocrático, como todo burguês francês o era antes da Revolução. Os reflexos profundos do africano atual ligam-se em primeiro lugar a um regime monárquico e não a um regime republicano. Tanto o rico quanto o pobre, o camponês e o cidadão, sonham ser um pequeno ou grande senhor e não um pequeno ou grande burguês. A qualidade dos gestos e atitudes, a maneira de abordar as coisas, seja qual for a casta, é senhorial, aristocrática, por oposição à 'mesquinaria' burguesa. No que tange ao comportamento, toda uma revolução separa a consciência africana da ocidental. Estas seqüelas de aristocratismo não teriam desaparecido nem mesmo se o africano, no decurso de sua história, tivesse assumido ele próprio seu destino nos quadros de um regime republicano. E a colonização ocidental republicana não pôde modificar este traço (Diop, 1987, p. 74).

Para Diop, o Egito antigo era povoado por negros, e a matriz egípcia acabou sendo emprestada aos povos do Egeu e do Mediterrâneo, mas também ao Sudão nilótico da civilização de Meroé e da Etiópia, e mesmo aos estados da África Ocidental, como o reino de Gana, onde se podiam encontrar vestígios de técnicas metalúrgicas, de instituições de governo e similaridades lingüísticas. Recolocado em seu devido lugar desde os primórdios da História da humanidade, o continente africano tornava-se assim um centro de irradiação civilizacional. Seus discípulos tiveram ativa participação na redação da *História Geral da África* e na decifração da escrita meroítica em 1974, atuando junto ao Institut Fondamental de l'Afrique Noire (IFAN) da Universidade de Dakar, que, na atualidade, recebe o nome de Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar, em sua homenagem.

Na África do Sul, a reavaliação historiográfica girou em torno da luta anti-*apartheid*, quando eruditos como Hosea Jaffé (sob o pseudônimo de Mnguni) e a missionária Dora Taylor (sob o pseudônimo de Nosipho Majeke) colocaram em questão a legitimidade da colonização inglesa. Quanto à África Oriental, o nascimento dos estudos especializados em História da África deve muito a John Fage e Kenneth Ingham, que no final da década de 1950 lecionaram nos colégios de Legon, Ibadan e Makerere. A disciplina tornou-se também obrigatória no Colégio Universitário de Nairobi em 1964, sendo ministrada por B. A. Ogot, e no Colégio de Dar es Salaam, por Terence Ranger.

Em um congresso internacional para a escritura da História da África, patrocinado pelo governo da Tanzânia em 1965, o ponto central do programa era a busca da especificidade e autonomia da experiência histórica africana. Isso fica bem explicitado desde a introdução do evento, quando o historiador Engelbert Mveng, da Universidade Federal de Yaoundé, Camarões, afirmava:

A África tem o dever de afirmar a autenticidade de seu passado, não em virtude da imagem criada pelos observadores estrangeiros, mas em virtude da verdade daquilo que foi vivido, experimentado e expresso por ela mesma (Mveng, 1971, p. 17).

Paralelamente, com o apoio de instituições internacionais, os estudos africanos ganharam importantes suportes de investigação. Em 1960, aparecia o mais respeitado periódico científico reservado aos estudos de africanismo até a atualidade, o *Journal of African History*. Em 1972, Joseph Ki-Zerbo escreveu uma consagrada síntese histórica sobre o continente, a *Histoire de l'Afrique Noire* (História da África negra), traduzida para diversas línguas e tida como um clássico da historiografia africana. Data dos anos 1970-1980 a elaboração de duas significativas obras de referência, a coleção inglesa *The Cambridge History of Africa*, em 8 volumes, dirigida por Roland Oliver e John Fage, e, sobretudo, a excepcional *Histoire Générale de l'Afrique*, em 8 volumes, produzida por um comitê de investigadores africanos e não-africa-

nos com o patrocínio da UNESCO – obra rigorosa e objetiva, lastreada em pressupostos teórico-metodológicos sofisticados, submetida ao exame crítico dos mais destacados africanistas.

A terceira tendência de abordagem ganhou corpo durante os anos 1990 e resulta da produção de conhecimento de intelectuais formados no próprio continente africano. Suas interpretações pretendem superar as mazelas do “eurocentrismo” e do “afrocentrismo”. Preocupa-se com o pluralismo, com a busca da especificidade, da originalidade e diversidade das realidades históricas africanas, e com a atualização das técnicas e dos métodos de pesquisa (Kipre, s.d.). De modo um tanto esquemático, pode-se dizer que a melhor expressão dessa perspectiva de análise encontra-se na síntese histórica proposta em 2003-2004 por Elikia M'Bokolo, do Centro de Estudos Africanos da École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, intitulada *Afrique noire. Histoire et civilisations* (África Negra. História e civilizações), na qual as datas e os eventos cedem lugar aos conceitos e na qual são estabelecidas tipologias das formações estatais e sociais levando em conta a variedade de povos e culturas, identificando as interferências externas (muçulmanas, cristãs) e sua africanização.

Nessa perspectiva de estudo, a ênfase não está mais numa su-posta “identidade africana”, como se a África comportasse uma realidade homogênea. O que se procura é identificar as várias Áfricas, considerando a diversidade ambiental (a África mediterrânica, saariana, subsaariana, das savanas, da floresta) e a diversidade étnico-cultural (a África muçulmana do Egito e Magreb, a África muçulmana sudanesa, a África Oriental da cultura swahili, a África malgaxe de Madagascar, a África banto). Nessas operações, interessam tanto os grandes quanto os pequenos Estados, as formações sociais predominantes e as que são minoritárias e mesmo específicas de um povo.

O objetivo é o estabelecimento de um conhecimento que respeite as particularidades, um conhecimento menos preocupado em detectar traços gerais que, no final das contas, é onde se alojam os prejulgamentos e os preconceitos. Diversidade de abordagens e di-

versidade de escalas de análise, eis as orientações principais da nova geração de africanistas. Nas palavras de um deles:

A África é parte integrante do mundo atlântico, do mundo mediterrâneo, dos espaços árabe, indiano e indonésio. Não é uma 'área cultural', mas um espaço continental construído historicamente, quer dizer, econômica, social, política e culturalmente (Chrétien, 2003, p. 17).

Testemunhos Documentais

Na medida em que as pesquisas dos africanistas avançaram, muitos mitos e falácias caíram por terra. O primeiro lugar-comum abandonado foi o da impossibilidade de se conhecer o passado africano pela falta de evidências históricas, de testemunhos documentais. Está mais do que provada a existência de documentação escrita e vestígios arqueológicos os mais variados, e está mais do que comprovada a importância da tradição oral na recuperação da memória dos reinos, das linhagens, dos fundadores das nações africanas.

É claro que a quantidade da documentação escrita aumentou após o século XVI, com os registros de comerciantes, exploradores e viajantes cristãos europeus (Ekanza, s.d.). Nessa categoria, as informações fornecidas por Duarte Lopes, e copiadas por Filippo Pigafetta em 1591, em *A Relação do Reino do Congo*, mostram-se imprescindíveis para o conhecimento da constituição política do Reino do Congo e do Reino de Angola, suas províncias e suas atividades econômicas, sua organização militar, técnicas de guerra, e a gradual interferência dos portugueses no decurso do século XVI.

Outra fonte primária de excepcional valor é o relato de viagem do médico inglês Mungo Park, que entre 1795 e 1797 percorreu a África Ocidental, da desembocadura do Rio Gâmbia até a Curva do Rio Níger. Em *Travels in the interior districts of Africa performed under the direction and patronage of the African Association*, ele nos deixou um relato muito vivo e original da vida cotidiana dos povos islamizados do litoral, do deserto do Sael e da savana, onde prevalecem a objetivida-

de e, em certas passagens, a admiração por grandes reinos e cidades como Bambara, Silla e Tombuctu.

Convém não desprezar o significado do aporte dos escritores muçulmanos (africanos ou não), que nos deixaram crônicas, roteiros de viagens, obras geográficas, informações comerciais sobre os povos africanos com quem estabeleceram contato muito antes dos cristãos. Em meados dos anos 1970, o francês Joseph Cuocq reuniu uma quantidade considerável de textos sobre a África Ocidental (Gana, Mali, Kanem-Bornu, Songai) redigidos por escritores muçulmanos anteriores ao século XVI. Os comentários de grandes eruditos como Al Bakri e Al Idrisi do século XII, Ibn Battuta, Al Umari e Ibn Khaldun do século XIV contêm informações preciosas sobre as instituições sociais e os costumes dos africanos que viveram acima e abaixo do Saara (Cuocq, 1975). Mais recentemente, o africanista brasileiro Paulo Fernando de Moraes Farias, do Centre of West African Studies da Universidade de Birmingham, lançou nova luz nos estudos dos povos saelianos ao publicar mais de 250 inscrições em árabe ou em *tifinagh*, a escrita tuaregue, feitas em túmulos, epitáfios, grafites rupestres, produzidas nas proximidades da Curva do Níger, no Mali (Triaud, 2006).

Além disso, há que se levar em conta a existência de documentação narrativa escrita nas cidades mais importantes dos antigos Estados do Mali e do Songai, sobretudo nas cidades de Djenne e Tombuctu, que viram nascer desde pelo menos o século XIV núcleos de conhecimento erudito em torno das *madrasas*¹ de suas mesquitas. Desde 2003, com o apoio de organismos internacionais, mais de 15 mil manuscritos escritos em árabe ou em dialeto fula foram catalogados e começaram a ser preservados na Biblioteca do Instituto Ahmed Baba, em Tombuctu. Naquele mesmo ano, grupos de técnicos malianos passaram a realizar estágio no Arquivo Nacional e na Biblioteca Nacional da África do Sul com a intenção de estudar os procedimentos metodológicos adequados para a conservação de manuscritos.

¹ Escola de conhecimento, relacionada ao ensinamento do Alcorão e da tradição muçulmana.

tos e, em 2004, peritos sul-africanos foram enviados a Tombuctu para reproduzir e fotografar os manuscritos (Farias, 2007).

Da escola de conhecimento criada em torno da Mesquita de Sankoré, em Tombuctu, nos restaram duas fontes documentais de extraordinária importância: a crônica de autoria do sábio Mahmud Kati, composta no fim do século XVI, intitulada *Tarikh al-Fattash*, e a crônica concluída em meados do século XVII pelo sábio Al Sadi, intitulada *Tarikh al-Sudan*. Trata-se de testemunhos privilegiados para se conhecer a história dos impérios sudaneses, dos povos englobados por aqueles impérios, e sua participação no comércio transaariano. A primeira tradução do árabe para o francês da obra de Al Sadi foi publicada entre os anos 1898-1900 pelo arabista Octave Houdas, com o título *Tarik es-Soudan*. Atualmente, essa tradução encontra-se disponível, integralmente digitalizada, no sítio da Biblioteca Nacional de Paris (www.gallica.fr).

Quanto aos vestígios materiais, houve nas últimas décadas uma decisiva mudança de orientação. As prospecções deixaram de ser feitas em busca de tesouros ou objetos exóticos, e passaram a ter objetivos científicos melhor estabelecidos. Na história das pesquisas realizadas na África, o episódio mais dramático parece ter sido o da exploração arqueológica das ruínas do Grande Zimbábue, situadas nas proximidades dos rios Zambeze e Limpopo, na atual República do Zimbábue.

Ocupada primeiramente por portugueses, e depois pelos ingleses, a região recebeu durante o período colonial o nome de Rodésia em homenagem a Cecil Rhodes, poderoso empresário e administrador que promoveu sua incorporação e exploração. Em 1895, a Rhodesian Ancient Ruins Company recebeu do governo inglês a concessão de exclusividade na exploração mineral e também das ruínas, chamadas *zimbabwes* – termo que na língua local, o xona, significa “muralhas de pedra”. Preocupados mais com o valor comercial dos artefatos de ouro do que com a preservação das descobertas, os engenheiros e operários da companhia provocaram tal depredação que as formas originais do sítio arqueológico perderam-se para sempre.

Não obstante, as impressionantes construções de pedra despertaram curiosidade nos eruditos europeus, desafiando seu conhecimento e estimulando sua imaginação. Quando, em 1874, as colossais muralhas de pedra foram localizadas pelo naturalista alemão Karl Mauch, ele pensou ter encontrado a prova material da existência histórica do antigo reino da Rainha de Sabá, citada no Antigo Testamento. Algum tempo depois, em 1892, no livro *Ruined cities of Mashonaland*, o pesquisador Theodore Bent apresentava outra explicação, defendendo a hipótese de que se tratava de uma construção feita pelos povos fenícios. Foi preciso esperar até 1931 para que, no livro *The zimbabwe culture*, Gertrude Caton-Thompson provasse, de modo irrefutável, que aquela era uma obra produzida pelos bantos, embora seu relatório tenha sido muito criticado pela comunidade científica inglesa (Gonçalves, 2004).

Desde os anos 1970 é possível observar uma significativa mudança de orientação das pesquisas arqueológicas realizadas em solo africano. Até ali prevaleciam projetos de grande envergadura desenvolvidos por pesquisadores estrangeiros, em busca dos vestígios materiais de monumentos produzidos pelas antigas civilizações africanas. Desde a exploração predatória que descaracterizou o sítio arqueológico original do Grande Zimbábue até as pesquisas realizadas nos anos 1960 pelo primeiro professor de arqueologia da Universidade de Dakar, o francês Raymond Mauny, para encontrar as fundações em pedra de mesquitas e palácios dos tempos do reino de Gana, buscava-se localizar as fundações de fortalezas, habitações, templos religiosos (Mauny, 1970).

Nas últimas décadas, o interesse dos pesquisadores mudou de rumo, e o foco passou a ser os dados da cultura material, da produção cultural e econômica. Persistem trabalhos de investigação direcionados a monumentos, como as escavações realizadas entre 1999 e 2003 por arqueólogos franceses, sob a coordenação de Stéphanes Pradines, com a finalidade de localizar e estudar as fortificações, os palácios e as mesquitas dos séculos XIV e XV da cidade afro-mu-

çulmana de Gedi, situada na atual República do Quênia (Pradines, 2003). Mas outros projetos pretendem detectar, por exemplo, as condições pelas quais se desenvolveram as técnicas da metalurgia e da cerâmica na região de Burkina Fasso, Congo e em Angola, ou as formas pelas quais se realizaram transações comerciais e a circulação de moedas (manilhas e cruzetas) no território banto (Rodrigues, 2002).

Por fim, resta considerar o valor e a contribuição decisiva do uso da tradição oral. Isso se pode verificar desde a publicação da coleção *Histoire générale de l'Afrique*, na qual os elementos da tradição oral serviram não apenas para corroborar dados considerados obscuros nas referências escritas, mas, em certos casos, constituíram o pilar de sustentação das origens de reinos e dinastias, como no caso dos mossis ou dos povos da região dos Grandes Lagos. Depois das reflexões de Jan Vansina, parece indiscutível o fato de que, sem a incorporação dos dados da tradição oral de inúmeros povos africanos, a imagem que teremos de seu passado estará despida de seu traço mais singular.

Com efeito, aquelas foram sociedades eminentemente orais, nas quais os dados da tradição e da memória ocupam uma posição muito mais importante do que consideramos em nossa própria cultura e sociedade. A palavra encerra o mistério, a sacralidade, o valor moral e a norma social. A memória dos antepassados continua a ser preservada nas palavras e nos conselhos dos domas, velhos iniciados, portadores de conhecimentos guardados e transmitidos através de linhagens, de geração a geração. Esta memória é difundida pela palavra dos griôs, os contadores de histórias. Como nos ensina Amadou Hampaté Bâ, ele próprio um erudito à moda ocidental e um *doma* à moda sudanesa:

Dentro da tradição oral, o espiritual e o material não estão dissociados. Ao passar do esotérico para o exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e

recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial (Hampaté Bâ, 1984, p. 183.).

Eis um breve panorama das interpretações que se fizeram a respeito do passado africano, dos problemas e impasses na constituição do campo de conhecimento erudito denominado *africanismo*. Eis também algumas sugestões gerais a respeito das evidências documentais e dos testemunhos disponíveis, ou possíveis, para a recuperação do passado dos povos que habitaram aquele continente.

Temos ciência que, para nós, brasileiros, o que dificulta o acesso ao conhecimento da história dos povos africanos é o desconhecimento das línguas faladas e escritas naquele continente. Teríamos muito a aprender se dominássemos o árabe, porque diante de nós se abririam os riquíssimos acervos das universidades marroquinas, tunisianas, egípcias, do Senegal, da Nigéria e da República do Mali. Ganharíamos ainda mais se aprendêssemos a língua fula, a língua quimbundo ou a língua swahili, pois teríamos condições de ler a História a partir do ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos.

Mas enquanto isso não acontece, é imperativo conhecer as principais linhas de rumo do passado africano, sob pena de continuarmos a não querer ver o que nos salta aos olhos, isto é, que os pilares de sustentação de nossa sociedade assentam fundamentalmente na experiência africana, e que conhecer o passado da África é condição imprescindível para descobrir quem somos como povo e como nação. Dessa importância da consciência histórica e do lugar dos sujeitos na enunciação dos discursos históricos, os jovens historiadores africanos estão perfeitamente cientes. Sua posição está bem formulada na máxima segundo a qual “enquanto os leões não tiverem seu historiador, as narrativas da caçada glorificarão apenas o caçador”.

Referências

- CHRÉTIEN, Jean-Pierre. Pourquoi l'Afrique, pourquoi l'histoire?. *Afrique & Histoire* (Paris), n° 1, 2003, p. 7-19.
- CUOCQ, Joseph M. *Recueil des sources arabes concernant l'Afrique occidentale du VIII au XVI siècle*. Paris: Éditions du CNRS, 1975.
- DIOP, Cheikh Anta. *L'Afrique Noire Pré-Coloniale*. 2ª edição. Paris: Présence Africaine, 1987.
- EKANZA, Simon-Pierre. Les sources européennes de l'histoire de l'Afrique noire du XV au XIX siècle. Quelle méthodologie?. In: *Penser et écrire l'histoire*. Disponível on-line no sítio *Histoire de l'Afrique de l'Ouest* (www.histoire-afrique.org).
- FARIAS, Paulo Fernando de Moraes. *Afrocentrismo: entre uma contranarrativa histórica universalista e o relativismo cultural*. *Afro-Ásia*, vols. 29/30, 2003, p. 317-343.
- _____. Tombuctu, a África do Sul, e o idioma político da renascença africana. In: *Seminário FUNAG-IPRI sobre a África*, Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, 02/03/2007 (www.casadasafricas.org.br).
- GONÇALVES, José Henrique Rollo. Quem construiu o Grande Zimbábue: em torno do mito da incapacidade civilizadora dos povos africanos. *Diálogos* (Universidade Estadual de Maringá), vol. 8 n° 1, 2004, p. 79-106.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: Joseph KI-ZERBO (Org). *História Geral da África*. São Paulo: Editora Ática, 1984. Vol. 1: Metodologia e Pré-História da África.
- HÉRAUD, Natalie. L'Afrique du Sud à la recherche de son passé, une enquête historiographique. *Clio en Afrique: Bulletin d'Anthropologie et d'Histoire africaine en langue française* (Univ. Provence), n° 1, 1997.
- HUNWICK, John O. Studies in *Ta'rikh al-Fattash*, III – Kati origins. *Sudanic Studies* (Bergen, Noruega), n° 11, 2001, p. 111-114.
- IDRISSA, Kimba. Historiographie nigérienne, bilan critique et perspectives. In: *Penser et écrire l'histoire*. Disponível on-line no sítio da *Histoire de l'Afrique de l'Ouest* (www.histoire-afrique.org).
- KI-ZERBO, Joseph (Org). *História Geral da África*. São Paulo: Editora Ática, 1984. Vol. 1: Metodologia e Pré-História da África.
- KIPRE, Pierre. Sur les enjeux contemporains de l'Histoire de l'Afrique. In: *Penser et écrire l'histoire*. Disponível on-line no sítio *Histoire de l'Afrique de l'Ouest* (www.histoire-afrique.org).

LABURTHE-TOLRA, Philippe. La société des africanistes: des chercheurs et des hommes de terrain (2003). Documento eletrônico disponível no seguinte endereço: www.clio.fr/bibliotheque (acessado em 08/04/2008).

LOPES, Carlos. A pirâmide invertida – historiografia africana feita por africanos. In: *Actas do Colóquio Construção e ensino da História de África*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

M'BOKOLO, Elikia. *África negra. História e civilizações*. Trad. Alfredo Margarido. Lisboa: Editora Vulgata, 2003, 2 vols.

MAUNY, Raymond. *Les siècles obscurs de l'Afrique noire: histoire et archeologie*. Paris: Fayard, 1970.

MVENG, Engelbert. Introduction générale. In: VVAA. *Perspectives nouvelles sur l'histoire africaine* (Congrès international d'Historiens de l'Afrique, University College, Dar es Salam). Paris: Présence Africaine, 1971, p. 15-20.

OGOT, B. A. Trois décennies d'études historiques en Afrique de l'Est: 1949-1977. In: VVAA. *Le processus d'éducation et l'historiographie en Afrique* (Colloque organisé par UNESCO à Dakar, 1982). Paris: UNESCO, 1986, p. 65-81.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A história da África em perspectiva. *Revista Múltipla* (UPIS, Brasília), Ano IX n° 16, 2004, p. 9-40.

PRADINES, Stéphane. Au coeur de l'islam medieval. Gedi, une cite swahili. *Archéologia* (Dijon), n° 396, 2003, p. 29-39.

RODRIGUES, Maria da Conceição. *O antigo dinbeiro em África: contribuição para o estudo da cultura material da Idade do Ferro africana: manilhas e cruzetas*. Lisboa: FCG, 2002.

TRIAUD, Jean-Louis. Uma nova Idade Média saeliana a partir das inscrições árabes da República do Mali. *Afro-Ásia* (UFBA), n° 34, 2006, p. 317-323.